

INEZIL PENNA MARINHO

Subsídios para a História da Capoeiragem no Brasil

Ataque e Defesa
776 81

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
BIBLIOTECA
1924

RIO DE JANEIRO
1956

*separata da Revista
Argumentos ENEFD, 1966, nº9*

Subsídios para a História da Capoeiragem no Brasil

I

Antes de entrarmos no assunto a que se refere o título dêste artigo, julgamos interessante dizer o que os dicionários mais conhecidos da língua portuguesa referem sobre a palavra “capoeira” e seus derivados.

Caldas Aulette em seu Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1) afirma:

Capoeira — negro que vive no mato e acomete passageiros (é nome injurioso); capanga.

Capoeiro — Ladrão que vai às capoeiras de animais domésticos: larápio.

J. T. da Silva Bastos no Dicionário Etimológico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa, assim escreve (2):

Capoeira — s. f. (Bras.): Mata que se roça ou que se pode roçar; s. m.: negro sertanejo, que assalta os viandantes; capanga; (Bras.): jôgo atlético dos crioulos brasileiros (Corr. do tupi capuéra).

Capoeiragem — s. f. (Bras.): Vida de capoeira, de desordem; malta de capoeiras (De capoeira).

(1) Aulette, Caldas — “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa” — Parceria Antônio Maria Pereira — Lisboa, 1881.

(2) “Dicionário Etimológico Prosódico e Ortográfico da Língua Portuguesa” — Autor: J. T. da Silva Bastos, diplomado em letras; sócio do Instituto de Coimbra — 2.^a edição, Lisboa, 1928.

Capoeirar — v. intr. (Bras.): levar vida de capoeira; larápio; (Minho) o mesmo que capoeira.

Laudelino Freire, em seu Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (3) assevera:

Capoeira — s. f.: De Capão + eira. Espécie de cesto feito de varas e com bôca para baixo no qual se põem capões, galinhas e outras aves / 2 — Compartimento onde fica a criação / 3 — Carruagem velha; tipóia / 4 — Fort. Escavação no fundo de um pôço sêco, guarnecida de um parapeito com seteiras e de um teto de pranchões sôbre que se deita uma grossa camada de terra. / 5 — Espécie de cesto que os defensores de uma fortaleza resguardam a cabeça.

Capoeirão — adj. e s. m.: De capoeira: Velho e pacato, pela cidade; mansarrão.

Capoeiro — s. m.: Indivíduo que rouba aves de capoeira / 2 — Larápio / 3 Lus. O mesmo que capoeira.

Cândido de Figueiredo, no seu “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” (3a) inclui:

Capoeira 1 — f.: Cesto grande ou qualquer compartimento ordinariamente gradeado, onde se guardam e criam capões ou outras aves. Gaiola. Espécie de cesto, com que resguardam a cabeça os defensores de uma fortaleza. Escavação, que se garante de seteiras. Bras.: Ave, semelhante à perdiz — Pop.: Segue velha (De capão).

Capoeira 2 — f. (Bras.): Mata, que sucede à mata virgem que foi roçada ou destinada a roçar-se. M. Negro sertanejo que assalta os viandantes. Capanga. Jôgo atlético dos crioulos brasileiros (Do tupi capuéra).

(3) “Grande Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa”, organizado por Laudelino Freire, com a colaboração técnica do Professor J. L. de Campos — A Noite S.A. Editôra — Rio de Janeiro.

(3a) Figueiredo, Cândido de — “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” — Lisboa, 1925. Quarta edição. Corrigida e copiosamente aumentada.

Capoeiragem — f. (Bras.): Vida de capoeira, de desordeiro.

Capoeirar — v. t. (Bras.): Ter vida de capoeira, de velhaco.

Capoeirão 1 — m. e adj.: Homem velhaco, e pacato pela idade (De capoeira 1).

Capoeirão 2 — m. (Bras.) Mata muito densa (De capoeira 2).

Capoeireiro — m. (Bras.): do N. espécie de veado (De capoeira).

Capoeira 1 — m. Des.: Aquêlê que rouba aves de capoeira. Larápio. Prov. minh. O mesmo que capoeira 1 (De capão).

Capoeira 2 — adj.: Relativo a matas que se roçam. M. Aquêlê que vive nessas matas. Bras.: do N. Veado das matas. (Cp. capoeira 2).

O “Lello Universal” (4) dá as seguintes definições:

Capoeira — Negro sertanejo, que acomete os viandantes. Capanga.

Capoeiragem — Vida de capoeira, de desordem.

Capoeirar — Ter vida de capoeira — de velhaco.

Capoeiro — Aquêlê que rouba aves de capoeira: Larápio. Prov. O mesmo que capoeira.

Antenor Nascentes, no “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa” (5), atribui à palavra capoeira esta origem:

Capoeira — De capão e suf. eira; pròpriamente, gaiola para capões (A. Coelho. V. Glossário).

E da palavra capão assevera:

Capão — do latim, cappone; esp. capón, it. cappone, fr. chapón.

(4) Lello Universal em 4 volumes — “Novo Dicionário Enciclopédico”.

(5) “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa” por Antenor Nascentes — Rio de Janeiro, 1932.

O "Dicionário Enciclopédico Ilustrado (6) apresenta os termos abaixo:

Capoeira — s. f. (Do tupi capuéra). (Bras.): Mata que se roça ou destinada a roçar-se. S. m.: Negro sertanejo que assalta os viandantes. Indivíduo que pratica a capoeiragem.

Capoeiragem — s. f. (Bras.): Luta de capoeiras, em que a cabeça e os pés têm parte preponderante. Vida de capoeira, de desordeiro.

Capoeirar — v. t. (Bras.): Ter vida de capoeira, de desordeiro.

Capoeirão — s. m. e adj.: Homem velho e pacato pela idade.

Capoeiro — s. m.: Desusado. Aquêlê que rouba aves de capoeira, 1.^a acepção.

Como acabamos de verificar, existe uma discordância quanto à origem da palavra capoeira; alguns autores a consideram como corruptela de capuéra do tupi, enquanto Antenor Nascentes lhe atribui origem latina (capão, de cappone + eira). Seria interessante que se esclarecesse o assunto.

Parece não existir nenhuma dúvida de que a capoeira foi trazida para o Brasil pelos negros bantus, procedentes principalmente de Angola. Edison Carneiro, em "Religiões Negras" afirma que "o folclore regional (7) está fortemente impregnado de elementos bantus — os cucumbis, o samba, a capoeira, o batuque, os ranchos de boi" (8).

Os negros bantus chegaram ao Brasil em número considerável, procedentes em sua maior parte, de Angola, do Congo, de Benguela, de Cabinda, de Mossamedes, na África Ocidental, e de Moçambique e da Quelimânia, na Contra-Costa. Não existia um plano a seguir

(6) "Dicionário Enciclopédico Ilustrado" — Empresa de Publicações Modernas de Moura Barreto & Cia., Av. Henrique Valadares n.º 145, Rio de Janeiro.

(7) Carneiro, E. — "Religiões Negras", Biblioteca de Divulgação Científica.

(8) Ob. cit., pág. 87.

para a distribuição dos negros trazidos como escravos destinados à lavoura, ao trabalho nas minas, aos encargos domésticos dos senhores brancos e Recife, Salvador e Rio de Janeiro foram os três maiores centros de importação da mercadoria negra. Maranhão também constituiu zona de destino de muitas levas de africanos que posteriormente, se estenderam ao Pará; São Paulo e Minas receberam o seu influxo negro por intermédio do Rio de Janeiro. Nem todos os negros destinados ao Brasil eram bantus: entre eles havia negros gêges, negros nagôs, negros haussas, que se confundiam com os bantus no pôrto de origem e aqui chegavam como tal. Esta a razão por que ainda encontramos até hoje, espalhados pelo Brasil, resquícios de religiões gêge-nagôs e malês, no caos de religiões sul-africanas em simbiose com o catolicismo e, principalmente, o espiritismo.

Foi do Angola, que se originou o capoeira. Diz Manuel Querino: "O Angola deu o tipo do capadócio engraçado, o introdutor da capoeira" (9). E depois: "O Angola era, em geral, pernóstico, excessivamente loquaz, de gestos amaneirados, tipo completo e acabado do capadócio e o introdutor da capoeiragem na Bahia" (10). Braz do Amaral também confirma essas palavras:

"Consideráveis porções de escravos desembarcaram nos portos do Brasil, vindos de Angola, e os elementos étnicos dêste povo aí estão em múltiplos tipos de gente do nosso país.

Altos, mais delgados que os outros africanos, mais fracos fisicamente, parece dêles descenderem numerosos indivíduos aqui, na Bahia, no Rio de Janeiro e Pernambuco, onde são conhecidos com o nome de capadócios, capoeiras, etc.

Êles tinham defeitos que não são comuns aos outros africanos, mas muito freqüentes, nos nossos crioulos e mestiços.

Os Angolas eram conhecidos por loquazes, imaginosos, indolentes e insolentes, sem persistência para o trabalho, férteis em recursos e manhas, mas sem sinceridade nas coisas, muito fáceis

(9) Cit. de Arthur Ramos in "As culturas negras no Novo Mundo", Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XII, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1937, pág. 353.

(10) Querino, M. — "Costumes Africanos no Brasil", Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XV, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1938, páginas 270 e 271.

de conduzir pelo temor dos castigos e ainda mais pela alegria de uma festa, mas também voltando as costas ao receio, desde que êle não estava iminente, pouco cuidadosos de responsabilidade que se lhes confiava, entusiasmando-se por qualquer assunto e fazendo chacota dêle pouco depois, mostrando ter grande predileção pelo que é reluzente e ornamentado, como todos os povos de imaginação viva e ligeira.

Muitos usavam argola pequenina na orelha esquerda, costume ainda hoje seguido pelos mestiços que se fazem passar por valentes.

Por estas qualidades não eram bons escravos para o campo e preferiam-nos para os serviços de casa, como os romanos preferiam os escravos negros e orientais, por motivos análogos pare êles, a corrupção e a sensualidade" (11).

Pelos motivos que Braz do Amaral nos expõe, pelo perfil que dêle traça, não é de estranhar que entre os Angolas estivesse a maioria dos negros fugidos que constituíram os palmares.

Cremos não existir dúvidas de que a capoeiragem fôsse inicialmente praticada entre os Angolas, não como meio de defesa, mas dança religiosa. Tanto isso nos parece verdade que hoje, na Bahia, conforme o testemunho de Edison Carneiro (12), a luta entre os capoeiras nas "rodas" é precedida de um verdadeiro ritual, com cânticos e música de berimbaus, chocalhos e pandeiros. No seu misticismo religioso, rezando ou esperando o santo, o Angola ia exacerbando os seus movimentos, sua ginga, seus saltos, seu bamboleio, até atingir a verdadeiros paroxismos. Essa prática, justamente, fazia com que nêle a agilidade se desenvolvesse atingindo às raias do incrível (13).

(11) Ob. cit. n.º 9, págs. 345 e 355.

(12) "Negros Bantus", de Edison Carneiro — Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XIX, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1937, pásg. 149 e 151.

(13) Sôbre tais práticas religiosas vide as seguintes obras: "Religiões Negras", de Edison Carneiro, Biblioteca de Divulgação Científica, Volume VII, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1936. — "Negros Bantus", de Edison Carneiro, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XIV, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1937. — "As Culturas negras no Novo Mundo", de Arthur Ramos, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XII, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1937. — "O folclore negro do Brasil", de Arthur Ramos, Biblioteca de Divulgação Científica", Vol. IV, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1935. — "O animismo fetichista dos negros bahianos", de Nina Rodri-

No século XVII, quando se verificaram as invasões holandesas, aproveitando-se da confusão que se estabelecera, milhares de escravos começaram a fugir de seus senhores, agrupando-se nas fraldas da serra da Barriga, no Estado de Alagoas. Em pouco tempo o número de fugitivos, em sua mor parte negros angolas (14), para os quais o cativo se mostrava mais penoso pela índole que possuíam refratária ao trabalho, atingia 20.000; constituíram então uma república, conhecida pelo nome de Quilombo (15) ou Palmares (16). Zumbi

gues, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. II, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1935. — “O folclore mágico do nordeste”, de Gonçalves Fernandes, Biblioteca de Divulgação Científica”, Vol. XVIII, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1938. — “Xangos do Nordeste”, de Gonçalves Fernandes, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XIII, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1937. — “Novos estudos afro-brasileiros”, de Gilberto Freire e outros, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. IX, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1937. — “O negro no Brasil”, de vários autores, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XX, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1940. — “Costumes Africanos no Brasil”, de Manoel Querino, Biblioteca de Divulgação Científica, Vol. XV, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1938. — “Mitos Africanos no Brasil”, de Souza Carneiro, Biblioteca Pedagógica, Série V, Vol. 103, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, Edição ilustrada.

(14) Vale a respeito transcrever o seguinte trecho da carta de Fernão de Souza Coutinho, Governador de Pernambuco, e datada de 1 de junho de 1671:

“Sr. Há alguns anos, que dos negros de Angola fugidos ao Rigor do Cativo e fábricas dos Engenhos desta Capitania se formaram povoações numerosas pela terra dentro entre os Palmares e matos, cujas asperezas, e faltas de caminhos os tem mais fortificados por natureza, do que pudera ser por Arte, e crescendo cada dia em número se adiantam tanto no atrevimento, com que contínuos roubos, e assaltos fazem despejar muita parte dos moradores desta Capitania mais vizinhos aos seus mocambos, cujo exemplo, e conservação vai convidando cada dia aos mais que fogem por se livrar do rigoroso cativo que padecem, e se verem com a liberdade lograda no fértil das terras, e segurança de suas habitações podendo-se temer que com estas conveniências cresçam em poder de maneira que sendo tanto maior o número pretendam atrever-se a tão pouco como são os moradores desta Capitania a respeito dos seus cativos; para evitar este dano, determino passar ao Pôrto Calvo na entrada deste verão, lugar mais proporcionado para se fazer esta guerra e dali, com contínuos troços de gente e que se renda uma à outra, mandar abrir caminhos para os ditos Palmares por onde possam ser investidos e arrazadas as suas povoações, continuamente até se extinguirem, e ficar livre esta Capitania deste dano que tanto a ameaça; e pôsto que não são poucas as dificuldades que para este fim se me oferecem pela aspereza das terras, falta de caminhos e de carruagem para os mantimentos que em todo este Estado se não podem conduzir senão às costas de negros, por não haver estradas para carros, nem para mais que um homem atrás de outros. Contudo espero que a boa diligência seja poderosa para vencer todos estes inconvenientes” in “As Guerras nos Palmares”, de Ernesto Ennes, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasília, Vol. 127, São Paulo, 1938, págs. 24 e 25.

(15) Denominavam-se “quilombos” as barracás ou antros construídos às pressas, quase sempre cobertos de palmeiras.

(16) Palmares eram as zonas em que as palmeiras abundavam.

dentre todos os mais forte, valente e ágil, foi escolhido como chefe dessa república. Os negros faziam incursões às fazendas e povoados mais próximos, onde cometiam grandes depredações, vingando-se não raro das afrontas e maus tratos sofridos de seus antigos senhores. Como o perigo crescesse, o governador geral Francisco Barreto de Menezes mandou uma expedição para exterminá-los. Embora com armas primitivas, quase tôdas improvisadas, os negros derro-ram sucessivamente 24 expedições chefiadas pelos célebres Capitães do Mato (17). Em 1687, sendo governador Matias da Cunha, o sertanejo, estacionado no sertão da Bahia, ofereceu os seus serviços ao govêrno para exterminar os palmares, exigindo como prêmio as terras conquistadas e os escravos que aprisionasse. Aceita a proposta pelo govêrno, a 3 de março de 1687, foi assinado o respectivo contrato. Domingos Jorge Velho, comandando 7.000 homens bem armados e equipados, dirigiu-se à serra da Barriga, onde iniciou os primeiros combates com os negros. Os soldados tinham recebido ordem de capturar os negros vivos, mas isso era quase impossível.

“O escravo se mostrava evidentemente superior na luta, pela agilidade, coragem, sangue frio e astúcia aprendidas ali, afrontando os bichos, as feras mais perigosas, lutando mesmo com elas, saltando valados, trepando em árvores as mais altas e desgalhadas, para se acomodar nas suas frondes, pulando de umas às outras como macacos, onde as nuvens batiam. E tiravam partido disso tornando-se assim extraordinariamente ágeis e muito comumente um homem desarmava uma escolta, punha-a em desordem, fazendo-a fugir.

A causa dessa superioridade, que, na luta corpo a corpo mostrava o refugiado na capoeira, explicavam os da escolta, que diziam saber e aplicar o foragido um jôgo estranho de braços, pernas, cabeça e tronco, com tal agilidade e tanta violência, capazes de lhe dar uma superioridade estupenda.

Espalhou-se, então, a fama do “jôgo do capoeira” que ficou sendo a capoeiragem” (18).

(17) Os capitães do mato eram homens contratados pelos senhores ou pelo govêrno para a captura dos negros foragidos.

(18) Burlamaqui, A. — “Ginástica Nacional (Capoeiragem), Metodizada e regrada”, Rio de Janeiro, 1928.

Os negros resistiram pelo espaço de 10 anos, isto é, até 1697, quando logrou Domingos Jorge Velho exterminar os Palmares. Conseguiu conquistar as terras, mas aprisionou um número muito reduzido de escravos, que não compensou as grandes baixas sofridas em suas fileiras. Muitos negros preferiram o suicídio a voltar à escravidão antiga e entre êles, segundo o historiador Fernandes Pinheiro, Zumbi, o valente chefe negro, que se despenhou do alto do rochedo. Outros historiadores classificam essa versão da morte de Zumbi de lenda, asseverando que o chefe da república dos Palmares foi atraído por um valido que o matou, cortando-lhe depois a cabeça (19).

Com a extinção dos Palmares, a capoeiragem veio das capoeiras, já agora nitidamente como recurso de ataque e defesa, para as fazendas, os povoados e as cidades. Os mais destros foram

(19) Essa última versão parece ser a verdadeira, conforme prova o seguinte documento:

“Carta do Governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro dando conta de se ter conseguido a morte de Zomby a qual descreve:

Pernambuco, 14 de março de 1696.

Senhor: Dandosse cumprimento ao que V. Magde. tem premetido, vay na presente ocasião hum Pataxo para a Ilha da Madeira e considerado que naquele Porto pode estar Navio que com mayor Brevidade chegue a esa Côrte me pareceo não ditalar a V. Magde. a notisia de se aver conseguido a Morte de Zomby; ao qual descobrio hum Mulato de seu mayor valimento que os Moradores do Rio de São Francisco prisionarão, e Remetendoçeme topou com hua das tropas que aqueles destictos de diques asertou ser de Paolistas em que hia por cabo o capitão Andre Furtado de Mendonça, e temendo o dito Mulato que fosse punido por seus graves crimes, oferessem que segurandolhe a vida em meu nome se obrigava a entregar estre Treidor, aseitoucelle a ofertã e desempenhou a palavra guiando a tropa ao Mocambo do negro que tinha já lançado fora a pouca família que o acompanhava, ficando só mente com Vinte negros, dos quais mandou catorse paos postos das emboscadas que esta gente uza no seumodo de guerra, e hindo com os seis quelhe restarão a se ocultar no somidouro que artefijiosa mente avia fabricado, achou tomada a paçagem; pelejou valeroza ou desesperada mente matando hum homem ferindo alguns e não querendo Renderce nem os companheiros, foi preciso Matallos e só a hum se apanhou vivo; enviouçeme a cabeça de Zomby que detrimeney se pusesse em hum pão no lugar mais publico desta Praça a satisfaser os ofendidos e justamente queiroxoz a atemorisar os Negros que supres-tisiozamente julgavão este immortal; pelloquese entende que nesta empresa se acabou de todo com os Palmares a frota veyo a salvamento ao cabo depois de a Recolher pasou a Bahia espero volte para seguir viagem nos ultimos dias de Abril conforme o dispoem seu Regimento, estimarey que entudo se experimentem sosesos felises para que V. Madge, se satisfaça do zello comque procuro desempenhar as obrigações de leal vasallo. Ds.G. a Real pessoa de V. Madge. como todos deseja-mos (em junta). Pernco. 14 de Março de 1696 — Caetano de Mello e Castro.”

nela se exercitando, recebendo ensinamentos daqueles que a tinham visto e praticado. Santos Pôrto nos diz que “o cria de casa não perdia ocasião de ensinar ao sinhô moço como se dava uma rasteira ou se fugia com o corpo” (20).

Embora originária dos negros, a capoeiragem foi assimilada e desenvolvida, encontrando campo fértil e novas qualidades a explorar, pelos mestiços — mulatos.

E isso facilmente se explica.

“Os negros, dizem, são embrutecidos, e não o podiam ser menos sob certo regime? Os brancos são débeis, fruto do calor e da ociosidade. Os mestiços, porém, híbridos quanto à côr, tem o espírito ativo e forte o músculo. Natureza complexa maravilhosamente dotada. Filha do trabalho, ela apresenta o germe de tôdas as fôrças; congênere superior, está aberta a tôdas as culturas” (21).

“A classe dos mulatos, muito acima da dos negros pelas suas possibilidades naturais, encontra — porisso mesmo, maiores oportunidades para libertar-se da escravidão; ela é que fornece com efeito a maior parte dos operários qualificados; é ela também a mais turbulenta e, por conseguinte a mais fácil de influenciar a fim de se fomentarem essas agitações populares em que um dia ela deixará de ser um simples instrumento, pois examinando-se êsses mestiços no seu estado de perfeita civilização, particularmente nas principais cidades do Império, já se encontram inúmeros gozando da estima geral que conquistaram com seu êxito nas ciências e nas artes, na medicina ou na música, mas matemáticas ou na poesia, na cirurgia ou na pintura, êxitos cuja utilidade ou encanto deveriam constituir um título a mais em prol do esquecimento futuro dessa linha de demarcação que o amor-próprio traçou mas que a razão deverá apagar um dia” (22).

Por tôdas essas qualidades, mais inteligente que o negro e mais destro que o branco, o mulato se tornaria o tipo ideal do capoeira,

(20) “Educação Física Japonêsa”, de H. Irving Hancock. Tradução do Capitão-Tenente Santos Pôrto e do Primeiro-Tenente Radler de Aquino. Rio de Janeiro. Cia. Tipografia do Brasil. 1905. Prefácio de Santos Pôrto, pág. VI.

(21) Ribeyrolles, C. — “Brasil Pitoresco”, Livraria Martins, São Paulo, Tradução e notas de Gastão Penalva, 2.º volume, pág. 69.

(22) Debret, J. B. — “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”, Livraria Martins, São Paulo, Tradução e notas de Sérgio Millet, Tomo I, págs. 108 e 109.

arrogante por excesso na sua preocupação de demonstrar que nada possuía da submissão do negro escravo.

E nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, no Recife e no Salvador, os capoeiras e suas façanhas se tornaram notáveis.

O século XIX assinalou o apogeu da capoeiragem no Brasil; as forças políticas muito contribuíram para a proliferação dos capoeiras e para o desvirtuamento da capoeiragem, principalmente após a proclamação da República, quando surgiram os interesses eleitorais.

Segundo nos conta Viriato Correia (23), um dos períodos mais ruidosos da capoeiragem no Rio de Janeiro, foi a da transmigração da côrte portugêsa. Mais de quinze mil pessoas de todos os matizes invadiram inesperadamente a cidade e com arrogância repudiaram os direitos daqueles que a habitavam, tomando-lhes as casas, os escravos, os móveis, tudo enfim. E a população nada podia fazer contra a horda de assaltantes. Os capoeiras encarregaram-se então da vingança, à noite, escoravam nas esquinas os importantes transeuntes e, após surrá-los carregavam-lhes tudo que tivessem nos bolsos. Conforme escreve Luiz Marrocos (24), nem o próprio Chefe de Polícia escapou, "pois "recebeu por grande favor duas tremendíssimas bofetadas por cair no êrro de trazer pouco dinheiro" (25).

A 10 de maio de 1808, Paulo Fernandes Viana é nomeado por D. João VI para dirigir a intendência de polícia civil, criada nessa data. Mas os capoeiras não respeitaram a polícia civil e a 13 de maio do ano seguinte era criada a polícia militar sob o comando do coronel de linha José Maria Rabello; compunha-se a milícia de três companhias de infantaria e uma de cavalaria. Como auxiliar do comandante e fiscal da milícia foi designado o major Miguel Nunes Vidigal, mais tarde um dos principais personagens do romance "Memórias de um sargento de milícias" (26), de Manoel Antônio de Almeida. Coube ao major Vidigal desfechar a primeira ofensiva contra a capoeiragem no Rio de Janeiro e para tanto não

(23) Corrêa, V. — "Casa de Belehior" Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1936, págs. 138 e 139.

(24) Carta de 28 de setembro de 1813, dirigida ao pai.

(25) Citação de Oliveira Lima in "Dom João VI no Brdasil", pág. 1007.

(26) Almeida, M. A. — "Memórias de um sargento de milícias", Livraria Martins, São Paulo.

usou outra arma que não fôsse o chicote. Adestrou seus homens no manêjo dêste e tornou-se o terror de todos os capoeiras pois não perdoava nem admitia pedidos ou interferências nas prisões que efetuava; o próprio regente dava-lhe todo o apoio e o aplaudia.

Oliveira Lima (27) assim se refere à atuação do major Vidigal: “Era coronel do corpo de policia José Maria Rebelo e major o famoso Vidigal, vivo ainda na recordação fluminense, munido de chibata com que surrava sem escrúpulo os capoeiras que entraram a infestar e amotinar com as suas maltas a pacata cidade, associados aos embarcações êbrios da crescente navegação estrangeira. A tradição pinta o major aparecendo inesperadamente nos batuques empolgando os vagabundos que, depois de castigados, eram levados a assentar praça e rastejando admiravelmente os criminosos”.

Mas, por estranho que pareça, o major Vidigal fêz de uma feita aliança com os capoeiras. Tal ocorrência verificou-se pouco depois de D. Pedro I ter subido ao trono; tivera êle a exótica idéia de contratar batalhões de mercenários alemães e irlandeses. A 9 de julho de 1828, o segundo batalhão de granadeiros alemães revoltou-se, protestando contra o espancamento de um de seus soldados. D. Pedro I prometeu atendê-los no prazo de oito dias, mas no dia seguinte o batalhão de irlandeses insubordinou-se e pouco depois o dos granadeiros alemães. E os mercenários iniciaram o saque da cidade. A população teve de correr para a rua, a fim de defender a sua propriedade. Vidigal congrega os capoeiras e os comanda no ataque à soldadesca desenfreada; consegue assim que os soldados retornem ao quartel onde tinham refúgio certo e poderiam ficar resguardados das cabeçadas, taponas, pontapés, rabos de arraia e navalhadas.

Em oposição ao rigor existente em 1821, quando a carta de 31 de outubro estabelecia castigos corporais e outras medidas de repressão à capoeiragem, o ano de 1831, assinala o recrudescimento do então terrível mal. A 6 de abril dêsse ano, inicia-se a revolução que obrigaria D. Pedro I a abdicar. A capoeiragem

(27) Lima, O. — “Dom João VI no Brasil” — Coleção Documentos Brasileiros — N.º 49 — Livraria José Olímpico Editora, Rio de Janeiro, 1945, 2.ª edição, Volume I, pág. 243.

sem cêres políticas, no dia seguinte à abdicação, domina a cidade. Afirma Viriato Corrêa:

“Os portugueses são espancados e mortos por tôda parte, à faca, a tiros, a cacete. A exaltação destruidora dos capoeiras, durante muitas e muitas horas, constitui um perigo para a cidade. E é tão grave o perigo que as altas autoridades do momento, os magistrados, deputados, senadores vêm armados para a rua fazer o policiamento da cidade” (28).

E assim nos detalha a invasão do quarteirão português:

“Os elementos são prosseguem em festa, mas os Girões, os Repúblicas, os Lafuentes, tôda a camada de capadócios e arrua-ceiros, descamba e desencaminha-se para a desordem.

O quarteirão português é assaltado pela vagabundagem turbulenta.

A notícia da abdicação de Pedro I havia deixado os pés de chumbo estupefatos. Não lhes passava de leve, pela mente, a possibilidade daquela derrocada extrema.

Quando a malta de capoeiras e vadios entra no quarteirão estão tôdas as cabeças estonteadas. Quase nenhuma defensiva. É o “salve-se quem puder” pelas portas, pelas janelas, pelos muros, pelos telhados. Começa a pancadaria. Da pancadaria passa-se ao saque, do saque ao incêndio, ao assassinio.

— Mata marinheiro!!

Em pouco tempo, na cidade inteira só se houve êsse grito sinistro” (29).

Essa foi a célebre noite de Mata-Galego, terrível desforra que sucedeu à noite das Garrafadas.

Durante o período da Regência, absorvido como estava o governo na sufocação das revoltas, não teve Feijó tempo de cogitar da repressão à capoeiragem.

E durante o longo reinado de Pedro II a capoeiragem campeou com inteira liberdade, não só entre os elementos da plebe, como entre muitas figuras de destaque.

(28) Corrêa, V. — “Casa de Belchior”, pág. 143.

(29) Corrêa, V. — “Mata Galego”, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1933, págs. 94 e 95.

Por ocasião da guerra do Paraguai, muitos capoeiras foram enviados para a frente de batalha e lá se fizeram heróis, portadores que eram de grande sangue frio, audácia e coragem, tendo-se em conta que as condições de guerra de então exigiam muitos combates corpo a corpo. As companhias de Zuavos Baianos, no assalto ao forte de Curuzu, destacaram-se nos combates corpo a corpo, deban- dando os paraguaios, e até plantando o pavilhão nacional. Dentre os nomes que ficaram guardados pela história, destacam-se os de: Cesário Álvaro da Costa, cabo de esquadrão do 7.º Batalhão de Caça- dores do Exército, que enfrentou simultaneamente dois paraguaios em combate corpo a corpo, logrando dominá-los e, por êsse e outros feitos notáveis, foi condecorado com o hábito de Ordem do Cru- zeiro, pelo Marechal Conde d'Eu, logrando ser promovido até o pôsto de capitão, quando faleceu na cidade de Bagé; Antônio Fran- cisco de Melo, natural de Pernambuco, primeiro cadete-sargento ajudante do 9.º Batalhão de Caçadores do Exército, que integrava o contingente de bordo da corveta Parnaíba, na memorável bata- lha do Riachuelo, quando foi distinguido por dois atos de bravura, sendo promovido a alferes e condecorado. Dêsses dois notáveis capoeiras, diz-se, entre outras coisas, que êste último era o único oficial capaz de conter a soldadesca desenfreada nos dias de paga- mento do sôlido.

No ocaso do Império os capoeiras tiveram papel saliente nas desordens que se verificavam no Rio de Janeiro, foram notável- mente explorados pelos interêsses políticos da campanha republi- cana. A morte, por exemplo, de Apulcro de Castro, diretor do "Corsário", jornal que vivia de escândalos sociais, foi bastante explorada. Apulcro havia atacado a honra das mais ilustres famí- lias e ofendido gravemente os oficiais do 1.º Regimento da Cava- laria, que lhe depredaram completamente as oficinas, à Rua São José. Dispondo de outra oficina, à Rua do Hospício, redobrou o pasquineiro seu ataque contra os referidos oficiais da maneira mais violenta, sendo então ameaçado de morte. Receioso, correu êle à polícia a fim de pedir garantias de vida; foi então designado o Capitão Ávila para acompanhá-lo. Mal o carro em que viajavam tinha andado vinte metros, foi envolvido por um grupo, e Apulcro

assassinado com sete facadas e dois tiros de revólver. Eis uma das cenas descritas por Carl von Koseritz:

“No dia 29 à noite fomos convidados para uma soirée em Botafogo, e quando à meia-noite, deixavamos na Lapa o bonde de Botafogo, a fim de pagarmos o Plano Inclinado, vimos um grupo de indivíduos patibulares ocupados em pegar fogo, com auxilio de petróleo nas portas do “Cassino Fluminense”. De repente chegou a policia, os petroleiros foram presos e o fogo que já lavrava apagado. Os senhores petroleiros se enganaram e tomaram o Cassino pelo Ministério da Justiça, que fica ao lado e que tem uma porta da mesma largura e é pintada da mesma côr. A sua amável tentativa se dirigia para o Ministério da Justiça; êles pensavam vingar melhor a morte de Apulcro incendiando o Ministério da Justiça... Esta cena que eu presenciei pessoalmente não foi contudo a única que se verificou naquela noite. Ao cair do crepúsculo grandes quantidades de capoeiras (negros escravos amotinados) e semelhantes indivíduos catilinários, se reuniram na praça (sic) de São Francisco e começaram, ali e na rua do Ouvidor, a apagar os bicos de gás e, lógicamente a destruir os lampeões, enquanto gritavam alto e bom som “Viva a Revolução!”. Sòmente pelas 11 horas foi estabelecida a ordem, com a chegada de fortes destacamentos de urbanos (policia da cidade), armados pouco urbanamente com rifles, enquanto a policia a cavalo desembainhava os sabres e a policia secreta descia os seus porretes “petropolitanos” (30).

Proclamada a República, inicia-se uma nova fase de perseguição à capoeiragem.

O decreto n.º 487, de 11 de outubro de 1890 (Código Penal Brasileiro), estabelecia (31):

(30) Koseritz, C. — V. “Imagens do Brasil”, tradução por Afonso Arinos de Melo Franco, Biblioteca História Brasileira, Vol. XIII, Livraria Martins Editôra, São Paulo, págs. 238 e 239.

(31) Código Penal Brasileiro contendo Leis, Decretos, Decisões dos Tribunais, avisos do Govêrno, cálculo de pena, penas, figurados, todos os casos e um índice alfabético pelo Dr. Manuel Clementino de Oliveira Escorel, advogado na Capital do Estado de São Paulo, 2.ª edição, Tipografia da Cia. Industrial de São Paulo, 1893.

Capítulo XIII

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399 — Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.

·Pena — De prisão celular por 15 a 30 dias.

§ 1.º — Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio ou vagabundo, será êle obrigado a assinar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2.º — Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos.

Art. 400 — Se o termo fôr quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para êsse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parágrafo único — Se o infrator fôr estrangeiro, será deportado.

Art. 401 — A pena imposta aos infratores, a que se referem os artigos precedentes ficará extinta se o condenado provar superveniente aquisição de renda bastante para a sua subsistência; e suspensão, se apresentar fiador idôneo que por êle se obrigue.

Parágrafo único — A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará efetiva a condenação suspensa por virtude dela.

Art. 402 — Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de — capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou

desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal:

Pena — De prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único — É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dôbro.

Art. 403 — No caso de reincidência será aplicado ao capoeira, no grau máximo a pena do art. 400.

Parágrafo único — Se fôr estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404 — Se nesses exercícos de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, e perturbar a ordem, a tranqüilidade e a segurança pública ou fôr encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

Organizado o Ministério, o Marechal Deodoro mandou chamar Sampaio Ferraz, tribuno revolucionário que por várias vèzes se dirigira aos batalhões, e lhe entregou o importante cargo de chefe da Sepurança Pública. A capoeiragem constituía então, no dizer de Assis Cintra (32), “uma verdadeira potência, estranhamente indebelável”. “Nas campanhas eleitorais, nas festas e formaturas de batalhões, armavam luta feroz a navalha, ferindo-se, deformando-se, e, por vèzes, fazendo cair sem vida o adversário. Formavam grupos poderosos entre os quais se destacavam os Ganoas e os Guayamus. Da rivalidade entre êles nasciam lutas sanguinolentas” (33). Deodoro desejava extinguir a capoeiragem no Rio de Janeiro e Sampaio Ferraz prontificou-se a levar a têrmo a incumbência, desde que lhe dessem carta branca para agir e, de modo algum, interferissem nas suas diligências. “A capoeiragem só podia ser exterminada no dia em que o govêrno resolvesse nivelar os capoeiras e tratá-los da mesma maneira e da mesma maneira punir tanto os de pé rapado como os de gravata” (34).

(32) Cintra, A. — “Os Escândalos da 1.ª República”, Empresa Editora J. Fagundes, São Paulo, 1936, pág. 51.

(33) Idem, idem.

(34) Corrêa, V. — “Casa de Belchior”, pág. 146.

A campanha se inicia feroz e os desordeiros presos pela polícia eram metidos no xadrez e a seguir sumariamente remetidos para a ilha de Fernando de Noronha, onde os submetiam a trabalhos forçados. Rara era a família importante que não tivesse um parente prêso. E a gritaria começou pelos jornais, pelas tribunas, nos círculos militares e políticos, no clero, etc., contra a desumana campanha de Sampaio Ferraz, mas este se mantinha inabalável e cada vez mais decidido. Conta-se que êle se fizera cercar de alguns bons capoeiras com os quais realizava a prisão dos outros usando um estratagemma que consistia, quando desconfiava de um tipo, em fazer com que um dos camaradas realizasse na frente do parceiro visado uma figuração; se êste saltava peneirando ou caía em guarda, estava condenado. O reflexo de defesa que o capoeira tinha era tão forte que, difficilmente, o poderia dominar, sobretudo se fôsse tomado de surprêsa.

Lopes Trovão foi um dos primeiros estadistas a ficar desgostoso com a campanha de Sampaio Ferraz e o motivo é assim descrito por Assis Cintra: "O conhecido republicano teve, sob o Império, de afrontar nos "meetings" o punhal ameaçador dos adeptos do trono. Em uma dessas ocasiões foi um dos mais terríveis capoeiras, então conhecido, o braço forte que o livrou generosamente de um golpe mortal. Nestas condições, sabendo da prisão e iminente destêrro do homem que lhe salvara a vida, o ardoroso tribuno tentou em vão libertá-lo, não só junto de Sampaio Ferraz, como mais tarde perante o próprio generalissimo Deodoro, presidente da República, nada, porém, conseguindo" (35).

O caso mais notável da campanha de Sampaio Ferraz foi, sem dúvida, a prisão e destêrro de José Elísio dos Reis, filho dos condes de São Salvador de Matosinhos, importante capitalista e figura da alta roda carioca. Essa prisão provocou uma das mais sérias crises ministeriais dos primeiros dias da República. Juca Reis, como era conhecido o capoeira em aprêço, notabilizara-se pelas suas façanhas: "A cidade inteira o conhecia. Moço, rico, vivia em plena vagabundagem, nos cafés, nas pensões de mulheres, nas festas públicas, provocando desordens, salientando-se nas pugnas da cabe-

(35) Cintra, A. — "Os Escândalos da 1.ª República", pág. 53.

çada, do rabo de arraia, da rasteira e da navalhada” (36). Após cada barulho de maiores proporções, o rapaz era enviado por seu pai para Portugal, mas neste país tantas fêz que o seu regresso foi determinado. O conde de Matosinhos, receioso da campanha de Sampaio Ferraz que então estava no auge, consultou-o sobre o que poderia ocorrer e foi por êste informado de que Juca Reis seria prêso logo que aqui desembarcasse. Temeroso de que tal ocorresse pediu a proteção de Quintino Bocayuva, Ministro das Relações Exteriores do Govêrno Provisório e seu particular amigo. Êste empenhou a sua palavra de que nada aconteceria ao rapaz e, confiante, o conde de Matosinhos determinou o regresso do renomado capoeira. No dia 8 de abril de 1890, horas depois de desembarcar do navio “Messageries”, Juca Reis postou-se à porta da Confeitaria Pascoal, na rua do Ouvidor. Por acaso, Sampaio Ferraz por ali passou e momentos depois José Elísio dos Reis se encontrava recolhido a um xadrez. O conde de Matosinhos correu à Chefatura de Polícia, não logrou, porém, passar da porta; pediu a interferência de Quintino e êste prometeu-lhe resolver o assunto. Mas a oposição firme que encontrou do chefe de Polícia o abalou e êle correu a Deodoro, expondo-lhe a situação. O generalissimo estava, no entanto, decidido a apoiar Sampaio Ferraz em quem encontrava inúmeras virtudes e cujo espírito de decisão o tornava admirado por todos. A própria condessa de Matosinhos foi implorar a Deodoro, com os olhos marejados de lágrimas, que soltasse o filho, recolhido a um presidio em companhia de criminosos vulgares. Deodoro prometeu atendê-la e no dia seguinte mandou chamar Sampaio Ferraz a quem expôs todo o ocorrido; e o chefe de Polícia redargüiu: “Tudo está bem, general, mas permita-me V. Ex.^a, neste doloroso momento, que igualmente já sofri a funda mágoa de ver aos pés uma porção de outras mães intercedendo por filhos estremecidos, a quem resisti em nome dos sagrados interêsses sociais e da dignidade da República. Eram humildes criaturas, pobres mulheres do povo, algumas talvez fiéis companheiras de bravos soldados do Exército Nacional, e, entretanto, mães tão extremosas e dignas de compaixão quanto a venerável

(36) Corrêa, V. — “Casa de Belchior”, pág. 147.

condessa de Matosinhos!” (37). E Deodoro, apertando as mãos de Sampaio Ferraz, exclamou comovido: “Tem razão; tem razão. Mande o homem!” (38). No dia 12 de abril estava todo o ministério reunido: Deodoro, Rui, Benjamin, Campos Sales, Cesário Alvim, Wandenkolk, Glicério e Quintino. Após terem falado Glicério e Benjamin, Quintino pede a palavra e vai diretamente ao assunto: a prisão de Juca Reis. Julga que o chefe de Polícia foi por demais rigoroso e demonstra que nenhum crime cometera o filho do conde de Matosinhos, prêso unicamente pelos seus antecedentes. Deodoro demonstra que o chefe de Polícia ficaria desprestigiado se por acaso a prisão fôsse relaxada. Os demais ministros intervêm propondo várias soluções conciliatórias, até que Quintino coloca as coisas neste pé: ou Juca Reis seria solto ou êle deixaria o gabinete. Rui Barbosa pede a palavra e propõe um acôrdo, pois aquela alternativa era bastante prejudicial aos interesses da República. Os demais ministros também interferem e fazem um apêlo a Quintino para que modifique a sua resolução. Por fim, fica assentado que Glicério e Campos Sales tivessem um entendimento com Sampaio Ferraz e, por essa forma, resolvessem o assunto de maneira honrosa para as duas partes. Os dias, entretanto, decorreram e Juca Reis continuou prêso até a próxima reunião ministerial, quando Quintino voltou a pedir a sua demissão em caráter irrevogável. Deodoro negou-se a assiná-la e teceu comentários elogiando a atuação de seu Ministro das Relações Exteriores; Quintino agradece, mas retruca que aquêle era um caso de honra. O Chefe do Governo delibera então adiar a solução do caso. E a 1 de maio de 1890 Juca Reis era deportado com outros capoeiras para Fernando de Noronha, a bordo do vapor Arlindo, onde permaneceu seis meses. E Quintino, instado por seus colegas de ministério, foi continuando na sua pasta. Mais tarde Juca Reis obteve permissão para embarcar com destino à Europa.

Sampaio Ferraz deportou grande número de capoeiras que existiam no Rio de Janeiro, mas como bem afirma Luiz

(37) Cintra, A. — “Os Escândalos da 1.^a República”, págs. 55 e 56.

(38) Idem, idem, pág. 56.

Edmundo (39) “deportou capoeiras, mas não extinguiu a capoeiragem.” Esta resistiu, fugindo para os morros, deixando as ruas da cidade, tornando-se mais civilizada.

O início do século XX assinalou como que o recrudescimento da capoeiragem; os interesses políticos em jogo muito concorreram para que os principais capoeiras se tornassem cabos eleitorais; capangas ou secretários de grandes figurões. Nas próprias unidades militares havia interesse de seus comandantes em possuírem os melhores capoeiras. No Recife, por exemplo, o 14 era a unidade militar que reunia as preferências da população, enquanto o soldado de polícia era malquisto, como expressa essa quadra:

O 14 é prata fina
O 2.º dois de ouro;
Polícia, mata-cachorro;
Manichupa, chapéu de couro.

Os manichupas eram os soldados da guarda-civil, como nos explica Mário Sete (40).

Quando as bandas militares saíam à rua, “os moleques de frente de música” abriam passagem à custa de rasteiras e cabeçadas, ao mesmo tempo que defendiam os bombos das navalhas dos capoeiras de outras facções, pois um dos principais divertimentos ou maior afronta possível consistia em rasgar à navalha o bombo de uma banda de música (41). E, quando isto acontecia, o conflito estalava com a maior violência.

Muitos capoeiras foram ter na Marinha, onde lhes foi permitido continuar o jogo da capoeiragem, sob forma desportiva. Alguns viajaram em suas unidades navais e se exibiram fora do país, inclusive no Japão, onde não reproduziram o notável êxito de Ciriaco por terem lutado em condições adversas.

(39) Além da obra já citada, poderão ser consultadas mais as seguintes: “O Rio de Janeiro do meu tempo” (3 vols.), “Olhando para atrás” e “Recordações do Rio antigo”.

(40) Sette, M. — “Maxambombas e Maracatús”, Editôres Rodolpho & Pereira Recife, 1938, pág. 142.

(41) “Não ando mais armado, pois, isto é aqui considerado de mau gosto; apesar dos 400.000 habitantes há aqui poucos crimes, e os famosos capoeiras só vem à cena quando a música militar desfila às ruas. Então eles evoluem à frente dos batalhões e se tornam mesmo freqüentemente incômodos.” Rio, 8 de maio de 1883 — in “Imagens do Brasil”, de Carl von Koseritz, pág. 52.

Em 1907, aparece um opúsculo intitulado “O Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira” (42), cujo autor se oculta sob as iniciais O. D. C.; segundo informações que nos foram fornecidas por Agenor Sampaio (Sinhôzinho), um dos mais valentes de seu tempo, trata-se de um oficial do Exército que julgou prudente não revelar o nome pelos preconceitos que então existiam contra a capoeiragem. O folheto está dividido em cinco partes que tratam respectivamente dos seguintes assuntos: I) — Posições; II) — Negaças; III) — Pancadas simples; IV) — Defesas Relativas; V) — Pancadas afiançadas. O autor dedica o seu trabalho à distinta mocidade.

Muitos moços de boas famílias passaram a praticá-la, vendo nela excelente exercício de destreza e magnífico recurso de defesa pessoal. Alguns mestres organizaram pequenas academias, principalmente no Rio e no Salvador, tentando metodizar a capoeiragem. Assim, em 1928, Aníbal Burlamaqui publica um opúsculo, sob o título “Ginástica Nacional (Capoeiragem) Metodizada e Regrada” (43), que pode ser considerado o melhor trabalho, no gênero, aparecido, superior ao surgido em 1907, de autoria de O. D. C. Demonstra Aníbal Burlamáqui grande preocupação em fazer ressurgir a capoeiragem e se bate para que ela seja considerada um método nacional de ginástica; estabelece regras para o jôgo desportivo de capoeiragem e apresenta, devidamente ilustrados, os principais golpes e contra-golpes de que se vale essa modalidade de luta.

Os poderes públicos, por intermédio do Conselho Nacional de Desportos ou da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, bem poderiam fazer qualquer coisa para ressurgir a capoeiragem, compilar os seus inúmeros golpes, estudar cientificamente as suas bases e integrá-la no nosso folclore como um dos seus mais interessantes elementos.

(42) “Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira”, oferecido por O. D. C. à distinta mocidade — Livraria Nacional, Rio de Janeiro, 1907, Biblioteca Nacional, V — 267 — 1 — 4 — N.º 16.

(43) Burlamáqui, A. — Ob. cit. no n.º 17.

